



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Marília



**CULTURA
ACADÊMICA**
Editora

A entrada da Agroecologia na Agenda do MST:

Estratégia para Além do “Desenvolvimento Sustentável”?

Henrique Tahan Novaes

João Henrique Pires

Como citar: NOVAES, H. T.; PIRES, J. H. A entrada da Agroecologia na Agenda do MST: Estratégia para Além do “Desenvolvimento Sustentável”? *In:* CORSI, F. L.; CAMARGO, J. M.; SANTOS, A. (org.). **Os dilemas atuais do Brasil e da América Latina**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016. p. 145-160.
DOI: <https://doi.org/10.36311/2016.978-85-7983-815-6.p145-160>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

A ENTRADA DA AGROECOLOGIA NA AGENDA DO MST: ESTRATÉGIA PARA ALÉM DO “DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL”?

Henrique Taban NOVAES

João Henrique PIRES

INTRODUÇÃO

A agroecologia começa a ganhar força no cenário latino-americano a partir da década de 1980 no contexto de “redemocratização”. Desde então, vários pesquisadores, extensionistas, membros de ONGs e intelectuais de movimentos sociais vêm teorizando sobre suas práticas e princípios. Ela vem sendo assumida como alternativa para fazer o enfrentamento às condições destrutivas que a financeirização da agricultura gerou para diversos trabalhadores e trabalhadoras que produzem e se reproduzem no campo.

Stephen Gliessman (2002), Francisco Caporal e José Costabeber (2004), Eduardo Sevilla Guzmán (2011) e Miguel Altieri (2012) compreenderam que a agroecologia não se constitui num discurso unilinear, mas na interação articulada entre o saber codificado por pesquisadores e cientistas em diálogo com os saberes tácitos das comunidades rurais e tradicionais.

A agroecologia não é um conceito estático e mecânico, visto que ela se constitui na diversidade dos movimentos sociais do campo e das florestas, nas ações práticas e formulações teóricas que estão em constante processo de transformação decorrentes da diversidade das características políticas, sociais e culturais de cada comunidade.

<https://doi.org/10.36311/2016.978-85-7983-815-6.p145-160>

Do ponto de vista do capital, a agroecologia significa uma espécie de ecocapitalismo, com algumas pitadas de proteção à natureza e de mercados lucrativos em função do apelo à saúde.

Em virtude desta diversidade de experiências, a interação, o diálogo – e em alguma medida o conflito entre os saberes tradicionais e o saber técnico-científico, entre pesquisadores extensionistas, movimentos sociais do campo e da floresta, é imprescindível estabelecer as bases epistemológicas e práticas para sustentar a experiência agroecológica dos movimentos sociais na América Latina (NOVAES, 2012).

A complexa diversidade que compõe as populações da América Latina, bem como a história de resistência e de luta contra a espoliação imposta por um capitalismo dependente e uma *modernização consentida* no campo, tem possibilitado um rico debate sobre a agroecologia. Dezenas de organizações, particularmente as constituídas por trabalhadores rurais, comunidades originárias e das florestas ampliaram o debate e reforçaram alternativas de agricultura rumo à transição agroecológica¹.

Entre essas organizações está o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que a partir do ano 2000 assume a agroecologia como matriz produtiva estratégica para as áreas de assentamento e acampamentos sob sua influência. Esta posição é reforçada em 2001, quando o Movimento lança a cartilha *Construindo o caminho* na qual estabelece a necessidade de que “[...] os assentados e assentadas se qualifiquem e dominem os princípios e as práticas agroecológicas, buscando construir um novo modelo de produção, que nos ajude na edificação de um novo ser social” (MST, 2001, p. 90). Este capítulo pretende debater a entrada da agroecologia na agenda do MST, seus antecedentes históricos e as dimensões da agroecologia desenvolvidas pelos intelectuais agroecológicos do MST.

¹ Destaca-se *La Vía Campesina* um movimento internacional composto por cerca de 164 organizações em 73 países da África, Ásia, Europa e América. Em total representa cerca de 200 milhões de pessoas entre camponeses, camponesas, pequenos e médios produtores, povos sem-terra, indígenas, migrantes e trabalhadores agrícolas de todo o mundo. É um movimento autônomo pluralista e multicultural sem nenhuma filiação política e econômica de qualquer tipo. Para mais informações acesse: <http://viacampesina.org/es/>

ANTECEDENTES HISTÓRICOS

Apesar de o ano 2000 representar o marco referencial da inserção da agroecologia no MST, desde a década de 1980², já existia um debate entre os militantes do Movimento sobre a necessidade de uma matriz alternativa, de organização socioprodutiva, para os Sem Terra.

Após suas primeiras conquistas, o MST começa a buscar alternativas para potencializar a produção das famílias e formar sujeitos com uma visão diferenciada da relação ser humano-ambiente nas áreas de assentamento. Assim, se desenvolveu no início da década de 1990, as diretrizes para o Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA) e as Cooperativas de Produção Agropecuárias (CPAs)³.

Mesmo avançando com debates e ações sobre a perspectiva social da cooperação, o MST enfrentou vários obstáculos decorrentes das contradições existentes entre as concepções de gestão das cooperativas coletivas e a concepção de *cooperação* na lógica competitiva do mercado capitalista, o que acarretou no endividamento e decadência de várias cooperativas, já com as primeiras ofensivas do governo Fernando Henrique Cardoso (NOVAES, PIRES e SILVA, 2015).

Sobre as dificuldades enfrentadas pelo MST na década de 1990, podemos citar, além das particularidades externas, a baixa formação técnica e a falta de conhecimento sobre o desenvolvimento das cooperativas e sobre as novas formas de produção propostas. Segundo Ricardo Borsatto e Maristela Carmo (2013, p. 658), as concepções teóricas que norteavam o MST:

[...] baseavam-se nas interpretações ortodoxas dos escritos de Marx, Kautsky e Lênin, bem como nas experiências soviéticas e cubanas de co-

² A agroecologia é assumida enquanto matriz produtiva no MST em seu 4. Congresso Nacional realizado no ano 2000. Contudo, Guhur (2010), Mohr (2014), Borsatto e Carmo (2013) destacam que no Caderno de Formação n. 10 (MST, 1986, p. 25-28) há um capítulo intitulado “o uso de tecnologias alternativas” abordando o domínio das corporações multinacionais sobre o pacote tecnológico da *Revolução Verde* e a necessidade de construir alternativas ao modelo dependente e degradante do modelo hegemônico.

³ João Bernardo (2012) descreve que “[...] foram organizadas mais de 40 Cooperativas de Produção Agropecuária (CPAs) no país, muitas inteiramente coletivistas, verdadeiras ilhas socialistas não só quanto à organização do trabalho, mas também quanto a certos aspectos da vida doméstica como, por exemplo, o uso de refeitórios e creches. Entre as principais ideias que marcaram a linha de orientação política para a cooperação do MST nesse período, tal como Alexandre Ribas sistematiza as duas ilustram bem a forma como a questão era considerada: 1) Passar da produção de subsistência para a produção de mercadorias. Isso significava acúmulo de capital para investimentos em produtos agroindustriais. 2) Estabelecer uma fase de transição entre o camponês-artesão e o operário. Transformar a “consciência camponesa” em “consciência operária”

letivização da agricultura, que em sua maioria não se mostraram satisfatórias na realidade dos assentamentos brasileiros. Isso, em conjunto com outros fatores, abriu espaços políticos para a emergência de um novo discurso, no qual o saber camponês e a questão ambiental ganharam relevo, emergindo como consequência um discurso em bases agroecológicas.

Em meio a esse quadro, Dominique Guhur (2010)⁴ – uma das intelectuais do MST, defensora da agroecologia – aponta que o MST é um movimento “de seu tempo”, pois depara-se com novas demandas e lutas que crescem nos últimos anos, tal qual a questão ambiental, enfrentando abertamente os limites e contradições das alternativas que propõem para superar os desafios.

É neste enfrentamento que o IV Congresso Nacional do MST delibera a questão agroecológica como bandeira de luta, em torno do que ficou conhecido como Projeto Popular.

A ENTRADA DA AGROECOLOGIA NA AGENDA DO MST

No texto *Linhas políticas reafirmadas no IV Congresso Nacional do MST* (MST, 2000), o modelo de agricultura hegemônico baseado na “transferência tecnológica, na utilização de sementes transgênicas, no uso de agrotóxicos, na exportação de *commodities* e no monopólio do uso da terra por cooperações multinacionais” é apresentado como uma prática que deve ser combatida. Mesmo que tardiamente, o MST percebeu que os “frutos” da “Revolução Verde” não poderiam ser colhidos pelos movimentos sociais.

No IV Congresso também foi apresentado o documento *Nossos compromissos com a terra e com a vida*, composto de dez pontos, entre os quais destacamos “evitar a monocultura e o uso de agrotóxicos” (MORISAWA, 2001, p. 238).

Guhur (2010) ressalta que tal posicionamento, exigiu uma reformulação na proposta produtiva, como também na própria organização do movimento. Após um período de crise, deflagrado pelos próprios limites internos do MST e pelas ações do governo federal que afetaram o

⁴ Dominique Guhur é formada em Agronomia pela Universidade Estadual de Maringá e uma das coordenadoras da Escola Milton Santos (MST/PR).

Movimento, o SCA acabou sendo extinto e em seu lugar foi criado o Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente (SPCMA).

A questão ambiental passa a ser fundamental nos debates do Movimento e a agroecologia começa a ser uma alternativa produtiva estratégica na proposta de um *Projeto Popular*.

Ricardo Borsatto e Maristela Carmo (2013) descrevem que já na Proposta de Reforma Agrária do MST em 1995 (MST, 2005) é possível identificar a elaboração de propostas para a construção de um novo modelo produtivo para os assentados. Para a elaboração dessa nova proposta:

A obra de Chayanov contribuiu de forma fundamental para a conformação do arcabouço teórico da Agroecologia (CAPORAL e COSTABEBER, 2004). Da concepção chayanoviana são retirados conceitos sobre os quais se assentam as propostas metodológicas da Agroecologia, tais como o agricultor, visto não mais como um mero objeto de análise, mas como um sujeito criando sua própria existência; a noção de economia moral camponesa; a abordagem de baixo para cima para a elaboração de propostas de desenvolvimento; o uso de análises multidisciplinares da agronomia social; a lógica econômica não capitalista dos camponeses; a compreensão do balanço trabalho-consumo; o conceito de grau de autoexploração; o subjetivismo dos camponeses nas tomadas de decisões e o conceito de ótimos diferenciais (BORSATTO; CARMO, 2013, p. 658)⁵.

A reorientação do MST se deu, entre outros, pelos seguintes fatores: a) a reforma neoliberal do Estado brasileiro, que pôs fim às políticas setoriais de preços mínimos e abriu os mercados; b) o fim do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (PROCERA) e c) a formação da Via Campesina.

Para Picolotto e Piccin, “Os dois primeiros fatores dificultaram a continuidade das estratégias produtivas até então desenvolvidas pelo Movimento, enquanto o terceiro ampliou o leque de relações institucionais do MST” (PICLOTTTO; PICCIN, 2008, apud BORSATTO; CARMO, 2013, p. 656).

⁵ Para uma compreensão mais ampla sobre a obra de Alexander Chayanov, ver o livro: *Chayanov e o Camponato* organizado por Horácio Martins de Carvalho e publicado pela Editora Expressão popular em 2014.

Nessa reorientação, o trabalhador e trabalhadora do campo deixam de ser meros objetos de mobilização em uma massa revolucionária e passam a *sujeitos históricos*, com conhecimento e valores morais considerados essenciais para a construção de uma *sociedade mais justa, sustentável e melhor*. Por este motivo, as metodologias de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) passam a valorizar o saber camponês que é agregado aos processos de formação do Movimento (TONÁ; GUHUR, 2009); (BORSATTO; CARMO, 2013).

A agroecologia quando assumida pelo MST, além de fazer referência a uma matriz produtiva de menor degradação ambiental e de reconhecimento dos saberes tradicionais, envolve um intenso questionamento e enfrentamento às políticas e técnicas agrícolas adotadas pelo agronegócio, fortemente mecanizada, com utilização de sementes transgênicas voltada para a exportação, acumulação de capital e dependente de complexos agroindustriais oligopolizados, não contribuindo com o avanço da luta por reforma agrária (BORSATTO; CARMO, 2013).

O MST considera que a agroecologia é um dos caminhos para combater as novas configurações do capitalismo no campo delineadas pelo agronegócio. Isso pode ser visto nos ataques frontais às grandes corporações. No ato de encerramento da II Jornada Paranaense de Agroecologia em 2003, o MST promoveu um protesto contra o centro de pesquisa e produção de sementes de soja e milho transgênicos da transnacional Monsanto, localizada na área rural do município de Ponta Grossa.

A área foi então ocupada por famílias Sem Terra de acampamentos da região, e convertida no Centro Chico Mendes de Agroecologia, pelo período de 18 meses (prazo ao final do qual as famílias foram despejadas), com diversas atividades de experimentação, produção de semente e formação em agroecologia. De acordo com Gonçalves (2008), esse fato abalou as relações entre as entidades promotoras das Jornadas, causando a retirada de algumas delas, por não apoiarem o caráter de luta contra o capital que o evento havia assumido, e também por se sentirem desprestigiadas na organização. Tratava-se de um momento político importante, uma vez que, embora os cultivos transgênicos estivessem se expandindo no país, de maneira clandestina, não havia ainda uma decisão definitiva do Governo Federal a respeito. A ocupação da multinacional *Syngenta Seeds*, também no Paraná, e do viveiro de mudas da Aracruz Celulose, no Rio Grande do Sul, em 2006, seguiram nessa mesma linha (GUHUR, 2010, p. 145).

As observações de Dominique Guhur (2010) nas linhas acima nos ajudam a esclarecer que as ações do MST no campo da agroecologia não podem ser consideradas como ações meramente “ambientais”, do tipo “protejamos a natureza”. Há nessas ações um confronto direto com as Corporações capitalistas: produtoras de transgênicos, acumuladoras de capital, estrangeiras, espoliadoras de terra e do trabalho do povo.

Na nova conformação da exploração da terra no Brasil, o agronegócio é o *modelo* hegemônico, preservando elementos fundamentais do latifúndio e consolidando uma aliança entre fundos de pensão, os bancos, os grandes proprietários de terra e as empresas industriais transnacionais que controlam insumos, os preços, o comércio das mercadorias, a mídia burguesa e o aparato de Estado (PIRES, 2016).

As mudanças impostas pelo agronegócio, a partir da década de 1990, apresentaram uma reestruturação da exploração do campo. Portanto, na reorientação do MST. Nos anos 2000 o MST cunha o termo *Reforma Agrária Popular*. Para o MST:

Essa proposta de reforma agrária reflete parte dos anseios da classe trabalhadora brasileira para construir uma nova sociedade igualitária, solidária, humanista e ecologicamente sustentável. Desta forma, as propostas de medidas necessárias devem fazer parte de um amplo processo de mudança na sociedade e, fundamentalmente, da alteração da atual estrutura de organização da produção e da relação do ser humano com a natureza, de modo que todo o processo de organização e desenvolvimento da produção no campo aponte para a superação da exploração, da dominação política, da alienação ideológica e da destruição da natureza. Isso significa valorizar e garantir trabalho as pessoas como condição à emancipação humana e a construção da dignidade e da igualdade entre todos e no estabelecimento de relações harmônicas do ser humano com a natureza (MST, 2013, p. 149).

Para a proposta da *Reforma Agrária Popular* a agroecologia é a matriz tecnológica assumida como alternativa para a organização sócio-produtiva das famílias assentadas e acampadas porque representa um meio de aumentar a produtividade do trabalho e das áreas, em equilíbrio com a natureza, com possibilidades de enfrentar e combater o agronegócio

e a propriedade privada e intelectual decorrente do registro das patentes de sementes, animais, recursos naturais e biodiversidade (MST, 2013)⁶.

Para Gonçalves (2008) o que mobiliza o MST é a negação do padrão de desenvolvimento agrícola existente no país, colocando em evidência a necessidade da preservação e reconstrução da agricultura camponesa pela via da reforma agrária, além de propor formas de gestão e participação do campesinato em sistemas cooperativados e agroecológicos de produção.

Nilciney Toná e Dominique Guhur (2012) observam que se encontra em gestação uma concepção mais recente e ampliada de agroecologia, que tem como pilar político os movimentos sociais populares do campo⁷. Essa vertente não vê a agroecologia como uma solução meramente tecnológica e ambiental para as crises estruturais e conjunturais do modelo econômico e agrícola. A agroecologia, como observado pela Via Campesina e pelo MST, é entendida como parte da estratégia de luta e de enfrentamento ao agronegócio, à exploração dos trabalhadores e à degradação da natureza. Nessa concepção a agroecologia inclui o cuidado e a defesa da vida, a produção de alimentos, a consciência política e organizacional (TONÁ; GUHUR, 2012).

O MST considera que a mudança na racionalidade social, ecológica e, sobretudo, política e técnica das famílias ajuda a superar a nova dinâmica do capitalismo no campo, baseado em relações de dominação extremamente severas, como a presença das sementes transgênicas e as articulações entre os capitais transnacionais agrocomerciais (químico, alimentar e financeiro) (GONÇALVES, 2008).

Apesar da ênfase que o programa *Reforma Agrária Popular* dá a agroecologia, Nilsa Luzzi (2007, p. 130) descreve que a incorporação desta matriz produtiva:

[...] pelos assentados não é uma questão simples, envolve vários fatores e as mudanças nem sempre têm a rapidez desejada. A apropriação do tema pelas lideranças do MST ocorre de forma muito mais acelerada do que vem ocorrendo nos assentamentos, na prática dos assentados. Embora o MST esteja investindo fortemente em formação e capaci-

⁶ Baseando nos em Florestan Fernandes, acreditamos que não é mais possível *uma Reforma Agrária Popular* no Brasil. Deve ser construída uma *Revolução Agrária Popular*.

⁷ Nilciney Toná também é um dos intelectuais do MST defensores da agroecologia. Formado em Agronomia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM), é um dos coordenadores da Escola Milton Santos (MST – PR).

tação em agroecologia, a mudança ainda é bastante lenta. A ideologia modernizadora continua exercendo forte poder de influência entre os assentados e, por que não dizer, em várias lideranças.

Entretanto, mesmo não tendo força suficiente para fazer a transição radical para a agroecologia, o MST demonstra força para fazer a luta contra o agronegócio, em especial, realizando campanhas permanentes contra o uso de agrotóxicos e defendendo que as sementes, ao invés de ser monopólio de poucas corporações⁸, sejam patrimônio dos povos a serviço da humanidade (DREMINSKI, 2015).

A campanha permanente contra o uso de agrotóxicos, para além de questionar as mazelas do uso dos defensivos químicos, seja para a saúde humana (com inúmeros casos registrados de contaminação, tanto de trabalhadores como de consumidores), seja pela poluição e depreciação dos recursos naturais, exige a adequação do sistema produtivo sobre bases mais limpas, ligadas aos princípios da agroecologia⁹.

Nessa empreitada em busca da democratização e não mercantilização das sementes, como também da luta contra o uso de agrotóxicos, destacamos as ações exercidas pelas mulheres que compõem a Via Campesina. Pinassi e Mafort (2012) apresentam um trabalho com várias ações de mulheres da Via Campesina que buscam denunciar os efeitos nocivos do consumo de alimentos produzidos sob a base de sementes geneticamente modificadas e do uso de agrotóxicos.

O protagonismo que as mulheres vêm assumindo na reorientação da organização sócio-produtiva para a agroecologia é tão importante quanto as ações de enfrentamento ao patriarcalismo nas estruturas internas das

⁸ Luiz Carlos Machado e Luiz Carlos Machado Filho (2014) descreveram que a biotecnologia e a transgenia, tal qual vem sendo utilizada na produção agrícola se desenvolve sobre bases técnicas reducionistas que promovem monoculturas e produzem severa erosão genética e laminar. Destaca que além de padronizar a produção de alimentos vegetais em 15 espécies que respondem por 90% dos alimentos produzidos, sobre a base de quatro culturas (trigo, arroz, milho e soja) que respondem por 70% da produção e do consumo mundial, assim, são procedimentos que eliminam a diversidade biológica, impedindo o melhoramento genético natural das populações.

⁹ Os documentários *O Veneno Está na Mesa 1 e 2* de Silvio Tendler nos apresentam uma bela crítica à *Revolução Verde*. No primeiro filme, as estruturas e contradições do modelo convencional da “*Revolução Verde*” relata-se a base das sementes transgênicas e da necessidade do uso de defensivos para esse modelo de produção coloca na mesa de cada brasileiro 5,4 litros de agrotóxicos. E no segundo, apresenta as experiências de produção agroecológica como alternativa ao modelo contaminante, apresenta ainda alguns avanços em relação as políticas públicas. Contudo chama a atenção os desafios impostos pelas corporações que vem monopolizando a cadeia produtiva dos alimentos.

organizações da classe trabalhadora. “Essas mulheres impõem, enfim que pensemos urgentemente numa alternativa radical ao sistema, uma alternativa que se constitua no reino da liberdade e da igualdade substantiva” (PINASSI; MAFORT, 2012, p. 155).

Podemos levantar a hipótese de que a luta pela agroecologia relaciona-se ao que Mészáros (2002) chama de igualdade substantiva e produção destrutiva.

Se o capital promove a igualdade formal, os movimentos sociais anticapital podem estar lutando pela construção da igualdade substantiva de gênero, etnia, geração e, principalmente, pela superação da exploração de classe. Não é por mero acaso que as mulheres do MST organizam lutas pela independência econômica, não subordinação ao marido, envolvendo-se, ao mesmo tempo, com questões de classe, de gênero e ambientais, numa interessante imbricação (PINASSI; MAFORT, 2012)¹⁰.

Assim, observa-se que o papel da mulher no MST contribui no avanço do debate sobre a agroecologia, somando-se à ação dos demais produtores, técnicos extensionistas e mesmo de consumidores, que juntos, compõem uma parcela significativa de cidadãos que se articulam em defesa da produção agroecológica, a exemplo da Articulação Nacional para Agroecologia (ANA) e Associação Brasileira de Agroecologia (ABA) (PIRES, 2016).

No campo de ação de luta no âmbito das ações marginais e simbólicas do Estado capitalista brasileiro destaca-se a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que mais ou menos dentro dos limites do Estado vem reconhecendo a necessidade do desenvolvimento de práticas orgânicas e agroecológicas. Não custa reforçar que a criação destas ações, se por um lado impulsionou a vida de muitos assentamentos, por outro significa uma não política de reforma agrária à medida que o *lulismo* bloqueou qualquer possibilidade de

¹⁰ Algumas vertentes do marxismo ainda separam o trabalho *produtivo* do trabalho *improdutivo* e doméstico. Neste caso, todo o trabalho doméstico/reprodutivo, majoritariamente feminino, era ocultado. Para este debate, ver Vasconcellos (2015).

reforma agrária e de criação das condições gerais de produção e reprodução dos assentamentos rurais¹¹.

Porém, em meio à complexidade e disputa pela matriz agroecológica, não se pode ignorar que existem várias organizações que seguem a cartilha codesenvolvimentista de organizações internacionais como o FMI e Banco Mundial, ligando-se à área de forma oportunista e/ou reformista, com a finalidade de desenvolver *mercados verdes*, com discurso de sustentabilidade e valorização do produto. Tal fato é ilustrativo de que existem, pelo menos, duas vertentes ligadas à agroecologia, uma relacionada aos *mercados verdes*, orientados pela lógica capitalista e outra, mais à esquerda, relacionada às bandeiras do MST, que em alguma medida não dissociam as bases estruturais da produção de uma reflexão sobre as questões sociais, tais como: juventude camponesa, gênero, luta de classes, dentre outros.

Para Toná e Guhur, adeptos da segunda vertente:

Neste contexto, a agroecologia não se restringe ao desenvolvimento de experiências de agricultores de base ecológica, ressaltando processos de organização social que se orientam pela luta política e transformação social, indo além da luta econômica imediata e corporativa e das ações localizadas, e por vezes assistencialistas, junto aos agricultores. De fato, a agroecologia possui uma especificidade que referencia a construção de outro projeto de campo. Entretanto, tal projeto de campo é incompatível com o sistema capitalista e depende, em última instância, de sua superação. (TONÁ; GUHUR, 2012, p. 63).

O fato da agroecologia ser construída e debatida em diálogo com uma diversidade de atores vem gerando perspectivas críticas de conhecimento e novas estratégias de mediação dos saberes, a exemplo da Tecnologia Social (TS) (DAGNINO, 2013), que contribui, segundo Caldart et al., 2002; Kolling et al. (1999) e Almeida et al. (2008) para dinamizar a educação do campo.

A TS, ao questionar o mito da neutralidade da ciência e o determinismo tecnológico, busca desconstruir a crença na solução dos especialistas e coloca a tecnologia como construção coletiva com e pelos atores,

¹¹ O *lulismo* mudou o cenário das lutas no campo brasileiro, ao reverter as taxas de desemprego, bolsa família, cotas em Universidades Públicas, Prouni, aumento do salário mínimo acima da inflação, dentre outros. Com isso as ocupações de terra caíram drasticamente.

abrindo a possibilidade de gerar soluções sociotécnicas a partir das relações sociais vivenciadas (FONSECA, 2009).

Em relação à educação do campo Caldart (2009, p. 44) descreve que:

Na reafirmação da importância da democratização do conhecimento, do acesso da classe trabalhadora ao conhecimento historicamente acumulado, ou produzido na luta de classes, a Educação do campo traz junto uma problematização mais radical sobre o próprio modo de produção do conhecimento, como crítica ao mito da ciência moderna, ao cognitivismo, à racionalidade burguesa insensata; como exigência de um vínculo mais orgânico entre conhecimentos e valores, conhecimento e totalidade do processo formativo. A democratização exigida, pois, não é somente do acesso, mas também da produção do conhecimento, implicando outras lógicas de produção e superando a visão hierarquizada do conhecimento própria da modernidade capitalista. As questões hoje da construção de um novo projeto/modelo de agricultura, por exemplo, não implicam somente o acesso dos trabalhadores do campo a uma ciência e a tecnologias existentes. Exatamente porque elas não são neutras. Foram produzidas desde uma determinada lógica, que é a da reprodução do capital e não a do trabalho. Esta ciência e estas tecnologias não devem ser ignoradas, mas precisam ser superadas, o que requer outra lógica de pensamento, de produção do conhecimento (CALDART, 2009, p. 44).

Enio Guterres (2006) explica que a agroecologia no Brasil desenvolve-se de forma restrita, ou mesmo não se desenvolve, porque a maioria das instituições de ensino e até mesmo movimentos sociais abordam a questão agroecológica sem levar em consideração outras dimensões que não a ecológica, esbarrando em ações próximas a corrente do “desenvolvimento sustentável”¹².

Guterres (2006) também salienta que não existe assistência técnica suficiente para acompanhar todos os sujeitos que iniciam o processo de transição agroecológica. Evidentemente, pois em nossas pesquisas de campo é possível perceber que os técnicos raramente aparecem nos assentamentos, quando aparecem, rapidamente desaparecem. São mal remunerados, em geral terceirizados e frutos de uma política de destruição da Assistência Técnica e Extensão Rural.

¹² Para saber mais sobre os limites do “desenvolvimento sustentável”, ver as contribuições de Mészáros (2011), Foster (2010) e Lowy (2006).

Cabe ressaltar que no final do século XX e início do século XXI, surgiram muitos cursos de agroecologia formais no cenário nacional. Até o final de 2013, identificaram-se 136 cursos em funcionamento, sendo 108 de nível técnico, 24 de nível superior e 4 de pós-graduação *stricto sensu*, sendo a maioria desses cursos, 44 localizados na região nordeste do país (BALLA et al. 2014; PIRES, 2016). A partir de 2015 começamos a contribuir como coordenadores do Curso Técnico em Agroecologia, fruto da parceria com o MST do Centro-Oeste Paulista (NOVAES et al., 2015).

Estes números são aparentemente grandes, mas do nosso ponto de vista relativamente muito pequenos em função dos desafios de uma verdadeira transição socialista, que teria como fundamento a economia comunal, a desmercantilização completa da sociedade, a utilização adequada dos recursos naturais e o autogoverno pelos produtores livremente associados e a educação para além do capital.

REFERÊNCIAS

- ALTIERI, M. *Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável*. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- BALLA, J. V. Q. et al. Panorama dos cursos de agroecologia no Brasil. *Revista Brasileira de Agroecologia*. v. 9(2), n. 3-14, 2014.
- BERNARDO, J. *MST e agroecologia: uma mutação decisiva*. Passa Palavra, 2012. Disponível em: <<http://passapalavra.info/2012/03/97517>>. Acessado em 30 nov. 2014.
- BORSATTO, R. S.; CARMO, M. S. A construção do discurso agroecológico no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. *RESR*, Piracicaba/SP, v. 51, n. 4, p. 645-660, Out./Dez. 2013.
- CALDART, R. S.; et al. Educação do Campo: identidade e políticas públicas. *Por uma educação do campo*. São Paulo: Anca, 2002.
- CALDART, R. S. Educação do campo: notas para uma análise de percurso. *Revista Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro: EPSJV. v. 7, n. 1, p. 35-64, mar./jun. 2009.
- CAPORAL, F. COSTABEBER, J. A. *Agroecologia e extensão rural: contribuições para o desenvolvimento rural sustentável*. Porto Alegre, 2004.

- DAGNINO, R. (Org.) *Tecnologia social: ferramenta para construir outra sociedade*. Campinas: Komedi, 2010.
- DREMINSKI, J. A proteção jurídica e comunitária das sementes crioulas e seus conhecimentos tradicionais associados. In: MAZIN, A. D. et al. (Org.). *Questão agrária, cooperação e agroecologia*. 1ed. São Paulo: Outras Expressões, 2015, v. 2, p. 421-488.
- FONSECA, R. Tecnologia e democracia. In: OTTERLOO, A. et. al. *Tecnologias sociais: caminhos para a sustentabilidade*. Brasília/DF, 2009.
- FOSTER, J. B. *A ecologia de Marx: materialismo e natureza*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. [Tradução: Maria Teresa Machado]
- GLIESSMAN, S. R. *Agroecología: procesos ecológicos en agricultura sostenible*. Turrialba: Catie, 2002.
- GONÇALVES, S. *Campesinato, resistência e emancipação: o modelo agroecológico adotado pelo MST no Estado do Paraná*. 2008. 311 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Campus de Presidente Prudente, 2008.
- GUHUR, D. M. P. *Contribuições do diálogo de saberes à educação profissional em Agroecologia no MST: desafios da educação do campo na construção do projeto popular*, 2010. 267 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, 2010.
- GUTERRES, I. (Org.). *Agroecologia militante: contribuições de Enio Guterres*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- KOLLING, E. et al. *Por uma educação básica do campo*. Brasília: Universidade de Brasília, 1999.
- LOWY, M. *Ecosocialismo*. São Paulo: Cortez, 2006.
- LUZZI, N. *O debate agroecológico no Brasil: uma construção a partir de diferentes atores sociais*. 2007. 182 p. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2007.
- MACHADO, L. C. P.; MACHADO FILHO, L. C. P. *A dialética da agroecologia: contribuição para um mundo com alimentos sem venenos*. São Paulo: Expressão Popular, 2014.
- MÉSZÁROS, I. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2002.
- MOHR, M. F. *A formação em agroecologia no MST/SC: um olhar sobre os egressos da Escola 25 de Maio de Fraiburgo/SC*. 2014. 137 f. Dissertação (Mestrado em

Desenvolvimento rural e sociedade) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2014.

MORISAWA, M. *A história da luta pela terra e o MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

NOVAES, H. T. *Reatando um fio interrompido: a relação universidade movimentos sociais na América Latina*. São Paulo: Expressão Popular-Fapesp, 2012.

NOVAES, H. T. et al. A economia política da “revolução verde”, a agroecologia e as escolas de agroecologia do MST. In: NOVAES, H. T.; MAZIN, A. D.; SANTOS, L. (Org.). *Questão agrária, cooperação e agroecologia*. 1 ed. São Paulo: Outras Expressões, 2015, v. 1, p. 209-230.

TONÁ, N.; GUHUR, D. M. P. Agroecologia. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Org.) *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro/São Paulo. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. Expressão Popular, 2012, p.59-67.

PINASSI, M. O.; MAFORT, K. Os agrotóxicos e a reprodução do capital na perspectiva feminista da Via Campesina In: RODRIGUES, F. C.; NOVAES, H. T.; BATISTA, E. L. (Org.) *Movimentos sociais, Trabalho associado e Educação para além do capital*. São Paulo: Outras expressões, 2012.

PIRES, J. H. S. *Uma análise da proposta de formação técnica para o processo de transição agroecológica na Escola “José Gomes da Silva”, MST-PR*. 2016. 120f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Estadual Paulista, 2016.

SEVILLA GUZMÁN, E. *Sobre los orígenes de la agroecología en el pensamiento marxista y libertario*. La Paz: Plural Editores, 2011.

TONÁ, N.; GUHUR, D. M. P. O diálogo de saberes na promoção da agroecologia na base dos movimentos sociais populares. *Rev. Bras. de Agroecologia*, v. 4, n. 2, p. 3322-3325, nov. 2009.

_____.; _____. Agroecologia. In: CALDART, R. S. et al. (Org.) *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro/São Paulo. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. Expressão Popular, 2012, p.59-67.

VASCONCELLOS, B. M. Mulheres Rurais, trabalho associado e agroecologia. In: NOVAES, H. T. et al. (Org.). *Questão agrária, cooperação e agroecologia*. 1ed. São Paulo: Outras Expressões, 2015, v. 1, p. 341-370.

